

REVISTA QUAESTIO IURIS

EDITORIAL PARA O VOL. 13-4 (2020)

A Revista Quaestio Iuris, indexada na Web of Science, de periodicidade trimestral, nesse volume 13, número 04, 2020, tem o prazer de informar a todos os seus leitores que foi incluída na plataforma ORES (<https://ores.su/en/journals/quaestio-iuris/>). A plataforma científica "ORES" é um serviço global que apoia cientistas da CEI e da Ásia. Oferece aos cientistas e pesquisadores assistência abrangente para a preparação e publicação de artigos científicos em revistas internacionais de prestígio. Ela ajuda os autores a alcançar um nível global, fazer parte do ambiente científico internacional, expandir as fronteiras da atividade científica, revelar seu potencial e obter reconhecimento.

A Revista tem ainda o prazer de publicar o artigo “El “cramdown” del chapter eleven del Código de Bancarrotas de Estados Unidos”, de Héctor José Miguens, Doutor em Direito pela Universidade de Navarra. España (1996). Diplomado em Compliance Corporativo pela Universidade Austral, Argentina e em Teoria do Direito e Argumentação pela mesma universidade. Ainda, especializou-se no ramo do Direito Comercial. Foi bolsista e membro investigador do Instituto Max Planck em Hamburgo, Alemanha, em cinco ocasiões.

O artigo “El “cramdown” del chapter eleven del Código de Bancarrotas de Estados Unidos” é composto de dois elementos: o primeiro é uma descrição orgânica e sistemática do instituto "cramdown" no capítulo onze do título onze do Código dos Estados Unidos, ou Código de Falências dos Estados Unidos, com suas características, objetivos, requisitos e finalidades. O segundo elemento é uma análise crítica das instituições falimentares analisadas em sua relação com a chamada “cramdown” do capítulo onze do Código dos Estados Unidos e uma breve comparação com o instituto de mesma denominação de lei argentina de falências. O artigo tem como método a análise orgânica e sistemática, qualitativa, substancial e processual das instituições de direito de falências dos Estados Unidos da América envolvidas com a "cramdown" por indução e dedução do raciocínio dos princípios gerais desses institutos para a "cramdown" e vice-versa. Como conclusão do artigo, se aventa a possibilidade de confirmação judicial do “Plano Não Consensual”, através do instituto “cramdown”, o que permite o acesso a essa etapa do processo mesmo na hipótese de existência de qualquer categoria de credores dissidentes, desde que cumpridos determinados requisitos, os quais constituem pilares no qual o sistema do Capítulo Onze se baseia.

Da mesma maneira que nos números anteriores, no atual volume 13, número 04, 2020, publicamos 15 (quinze) artigos inéditos, sendo 06 (seis) artigos estrangeiros: o já citado “El

“cramdown” del chapter eleven del Código de Bancarrotas de Estados Unidos”, de Héctor José Miguens, Doutor em Direito pela Universidade de Navarra. España (1996). Diplomado em Compliance Corporativo pela Universidade Austral, Argentina e em Teoria do Direito e Argumentação pela mesma universidade. Ainda, especializou-se no ramo do Direito Comercial. Foi bolsista e membro investigador do Instituto Max Planck em Hamburgo, Alemanha, em cinco ocasiões; “El divorcio sin expresión de causa en México”, de Alejandro de la Fuente Alonso, Doutor em Direito pela Universidade Nacional Autónoma do México - UNAM, Investigador em Tempo Integral pelo Colégio de Vera Cruz; ““La construcción de subjetividades en la historia constitucional argentina. El caso del xénos en la esfera pública”, de Helga María Lell, Doutora em Direito, Mestre e Especialista em Estudos Sociais e Culturais; Mestranda em Filosofia e advogada. Docente na graduação e na pós-graduação e pesquisadora do CONICET, Argentina: “Some Ideas on pre-trial dispute settlement in BRICS countries”, de Ksenia Belikova, Professora da Universidade Russa da Amizade dos Povos (RUDN), Rússia; “Social prestige of women in marriage from the perspective of Iman Khomeini”, de Seyed Mohsen Razmi, Professor Assistente de Jurisprudência e Fundamentos do Direito Islâmico, Mashhad Branch, Universidade Islâmica de Azad, Mashhad, Iran, de Mustafa Rajaipour, Professor Assistente de Jurisprudência e Fundamentos do Direito Islâmico, Mashhad Branch, Universidade Islâmica de Azad, Mashhad, Iran, e de Zahra Biooki, estudante de doutorado em Jurisprudência e Direito, Mashhad Branch, Universidade Islâmica de Azad, Mashhad, Iran; e “Proposta de uma metodologia jurídica para o estudo da liberdade religiosa na relação laboral”, de Susana Sousa Machado, Doutora em Direito do Trabalho pela Universidade de Santiago de Compostela. Professora Adjunta na Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Politécnico do Porto, Portugal.

Publicamos também em nossa Seção Monografias um estudo denominado “El ODS 16 en la agenda 2030: de la indefinición a algunas propuestas (iusfilosóficas) para su concreción”, de Nuria Belloso Martin, Professora Titular de Filosofia do Direito na Faculdade de Direito da Universidade de Burgos, España. É coordenadora do programa de doutorado do Departamento de Direito Público “Sociedad plural y nuevos retos del Derecho”, España.

A monografia busca um aprofundamento da discussão com o objetivo de alcançar a paz, para o qual as bases filosóficas da cultura de paz serão investigadas. O perfil essencialmente político do ODS referido requer a colaboração dos governos e da sociedade civil para sua implementação. Este estudo analisa a Meta 16 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. O ODS 16 propõe o cumprimento de doze objetivos que podem ser agrupados em três sub-objetivos: promoção de “sociedades pacíficas”, “facilitar o acesso à justiça para todos”

e “promover instituições sólidas e inclusivas”. A introdução desta Meta é um dos aspectos mais novos da Agenda, ao mesmo tempo que se tornou um dos ODS mais amplos e indefinidos.

Em nossa Seção Ensaio publicamos 04 (quatro) ensaios, sendo 02 (dois) ensaios sobre políticas públicas judiciárias: “Litigância responsável em processos relativos à saúde e eficiência do Poder Judiciário” e “As hipóteses de busca e apreensão sem mandado nos casos de tráfico de drogas (crimes permanentes): o sistema constitucional americano de garantias contra as buscas não razoáveis e o recurso extraordinário (RE) 603616 julgado pelo Supremo Tribunal Federal”.

Nesse número da Revista mantivemos nosso corpo de nossos pareceristas/avaliadores, de inúmeros Estados do país e professores estrangeiros, em um total de mais de 650 (seiscentos e cinquenta) pareceristas avaliadores. Publicamos ainda, para consulta imediata dos leitores, os links dos diversos indexadores nacionais e internacionais de Revistas e periódicos onde nossa Revista Quaestio Iuris está indexada. Agradecemos, como sempre, a todos os leitores, autores, avaliadores e colaboradores pela colaboração e confiança e pelo sempre excelente trabalho realizado. Lembramos sempre que as submissões para a Revista Quaestio Iuris são permanentes e devem ser realizadas pelo sistema, diretamente na página da Revista.

Boa leitura a todos!

Mauricio Mota
Editor da Revista Quaestio Iuris